



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8234

Presidente da Mesa Diretora: Athos Mameluque Mota

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Retirados de pauta, rejeitados, prejudicados, sobrestados

Autoria: Alfredo Ramos Neto

Data: 04/06/2009

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 047/2009. (RETIRADO). Dispõe sobre a substituição do uso de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas ecológicas, no município de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 27.5

Posição: 54

Número de folhas: 06

Espécie: PL
Categoria: Pendente
Cl: 27.5
Ordem: 54
nº fls: 04



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 047/ 2009

AUTOR:

Ver. Alfredo Ramos Neto

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Substituição do Uso de Sacos e Sacolas Plásticas por Sacos e Sacolas Ecológicas.

MOVIMENTO

Entrada em 04/06/2009

Comissão Legislação e Justiça e Meio Ambiente

- 1 -
- 2 - *RETIRADO DO TRAMITACÃO EM 23/06/09*
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº **47** /2009

"Dispõe sobre a substituição do uso de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas ecológicas"

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As empresas de direito público e privado, com atuação no município de Montes Claros, que utilizam sacolas e sacos plásticos para o acondicionamento e transporte de produtos e mercadorias em geral, incluindo-se lixo, deverão substituí-los por sacolas e sacos ecológicos, conforme o disposto nesta Lei.

Parágrafo Único: Para fins desta lei, entende-se por:

- I – saco de lixo ecológico, aquele confeccionado em material oxi-biodegradável;
- II – sacola ecológica, aquela confeccionada em material oxi-biodegradável ou a sacola do tipo retornável;
- III – material oxi-biodegradável, o material que apresenta degradação inicial por oxidação devida à luz e ao calor e degradação posterior por ação de microorganismos e cujos resíduos finais não são prejudiciais ao meio ambiente;
- IV – sacola do tipo retornável, a sacola confeccionada em material durável e destinada à reutilização continuada.

Art. 2º - A substituição de uso a que se refere esta lei deverá ocorrer em sua integralidade no prazo máximo de 180 dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - A inobservância ao que dispõe esta lei acarretará ao infrator as seguintes penalidades:

- I – Notificação;
- II – Multa;
- III – Interdição do Estabelecimento;
- IV – Cassação do alvará de funcionamento.

Art. 4º - A multa de que trata o inciso II do artigo anterior deverá ser estabelecida pelo Executivo, sendo destinada ao Fundo Único do Meio Ambiente.



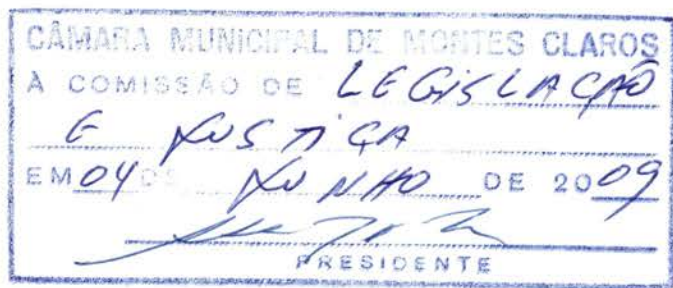
Art. 5º - Os critérios de distribuição, troca e comercialização dos sacos e sacolas ecológicas, por parte dos estabelecimentos, deverá ser regulamentado por Decreto do Executivo Municipal, a ser editado no prazo máximo de 45 dias após a entrada em vigor da presente Lei.

Art. 6º - O Poder Executivo por meio de seu órgão competente acompanhará e fiscalizará o cumprimento desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal – 04/06/2009


Vereador – Alfredo Ramos Neto





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 047/2009 QUE “Dispõe sobre a substituição do Uso de Sacos e Sacolas Plásticas por Sacos e Sacolas Ecológicas.”, de autoria do vereador Alfredo Ramos Neto.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O projeto sob comento tem como finalidade a obrigatoriedade da utilização de sacos e sacolas plásticas ecológicas pelas empresas públicas e privadas do município de Montes Claros.

Ao determinar qual o material que todas as empresas públicas atuantes no Município de Montes Claros, além de criar novas despesas, ao nosso sentir, o Legislativo estaria interferindo em políticas públicas de iniciativa do Executivo Municipal, constituindo, portanto, ingerência de um Poder sobre o outro, ferindo o princípio constitucional da independência entre os Poderes.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 05 de junho de 2009.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 047/2009

AUTOR: Vereador Alfredo Ramos Neto

MATÉRIA: Dispõe sobre a Substituição do Uso de Sacos e Sacolas Plásticas por Sacos e Sacolas Ecológicas.

I- RELATÓRIO

O Projeto de Lei foi encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 04/06/2009, com entrada na Sala das Comissões no dia 15/06/2009.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto, em análise, prevê a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas ecológicas pelas empresas de direito público e privado com atuação no município de Montes Claros.

Analisando o Projeto de Lei, observa-se que ao instituir a presente norma, a aplicação da mesma, no âmbito da administração direta e indireta do Município, gerará despesas e atribuições para a Administração Pública, o que é vedado pelos artigos 61 da Constituição Federal e 51 da Lei Orgânica Municipal.

Ademais, nos termos do parecer da Assessoria Legislativa desta Casa “...o Legislativo estaria interferindo em políticas públicas de iniciativa do Poder Executivo Municipal, constituindo, portanto, ingerência de um poder sobre outro...”

Sendo assim, esta Comissão entende que o presente projeto incide em vício de iniciativa, contrariando princípios legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, _____ de junho de 2009.

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: _____

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: _____

Suplente do Presidente: Ver. Altamar de Freitas Cardoso: _____